



TEMPESTADE NA DEMOCRACIA: O INTRINCADO BALÉ DE PODER E A SUBVERSÃO NO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO BRASIL

STORM IN DEMOCRACY: THE INTRICATE POWER BALLET AND SUBVERSION IN THE 1964 CIVIL-MILITARY COUP IN BRAZIL

Fabício Leo Alves Schmidt¹

Carlos Renê Ayres²

RESUMO: Este estudo investiga a (des)estabilização política e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil a partir de uma perspectiva histórica/linguística. O governo de João Goulart (Jango) foi marcado por tensões e resistências conservadoras, tanto internamente quanto por parte dos Estados Unidos – preocupados com suas políticas progressistas e de centro-esquerda. As Reformas de Base, propostas por Jango, visavam abordar questões estruturais e históricas do país, mas encontraram forte oposição de grupos conservadores e da elite burguesa. A articulação entre o IBAD, IPES e a Rede da Democracia, financiados pelos EUA, foi crucial para a desestabilização do governo e a promoção de uma agenda anticomunista. Os jornais e a imprensa também desempenharam um papel significativo na disseminação de narrativas negativas sobre o governo Jango. A memória histórica desse período pode fornecer insights sobre como a linguagem e o(s) discurso(s) foi/foram usados para moldar a opinião pública e as percepções políticas. O estudo, portanto, revela como o poder, a ideologia e as estratégias discursivas contribuem para a polarização política e a instabilidade que culminaram no golpe de 1964 e no subsequente período de ditadura militar no Brasil.

PALAVRAS CHAVES: Linguística, Desestabilização política, Golpe Civil-Militar de 1964, Brasil, João Goulart (Jango)

ABSTRACT: This study investigates the political destabilization and the 1964 Civil-Military Coup in Brazil from a historical/linguistic perspective. The government of João Goulart (Jango) was marked by tensions and conservative resistance, both internally and from the United States, concerned about his progressive and center-left policies. The Basic Reforms, proposed by Jango, aimed to address structural and historical issues of the country but encountered strong opposition from conservative groups and the bourgeois elite. The

¹ Mestre em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/RS). Especialista em Língua, Literatura e Novas Mídias pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS), Especialista em Língua Portuguesa pela Faculdade Dom Alberto(FDA/RS), Especialista em Linguística e formação de Leitores pela Faculdade Dom Alberto(FDA/RS), Licenciado em Letras/Literatura pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/RS), bacharel em direito pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS), membro pesquisador do grupo PALAVRAS, IMAGENS E DISCURSOS: A SIGNIFICAÇÃO DA SOCIEDADE DE NOSSO TEMPO. E-mail: professorfabricios@gmail.com

² Doutor em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (2007). Professor adjunto da Universidade de Santa Cruz do Sul. Atua no curso de Graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado e Doutorado da Unisc. Coordena o Projeto de Pesquisa PALAVRAS, IMAGENS E DISCURSOS: A SIGNIFICAÇÃO DA SOCIEDADE DE NOSSO TEMPO. E-mail: ayres@unisc.br



coordination between IBAD, IPES, and the Democracy Network, funded by the US, was crucial for the destabilization of the government and the promotion of an anti-communist agenda. Newspapers and the press also played a significant role in disseminating negative narratives about the Jango government. Linguistic analysis of this period can provide insights into how language and discourse were used to shape public opinion and political perceptions. The study reveals how power, ideology, and discursive strategies contributed to political polarization and instability that culminated in the 1964 coup and the subsequent period of military dictatorship in Brazil.

KEYWORDS: Linguistics, Political destabilization, Civil-Military Coup of 1964, Brazil, João Goulart (Jango)

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo adentra o labirinto da desestabilização política e o emblemático Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil, desvendando os véus dos encontros e (des)encontros os quais tecem a trama do poder e da resistência. Através das sombras do governo de João Goulart (Jango) – um palco onde tensões e resistências conservadoras dançam em uníssono – essa análise busca (des)enterrar os segredos do submundo das camadas metafóricas e ambíguas existentes linguisticamente. Em um jogo de xadrez político, as peças se movem de acordo com os interesses dos jogadores, nesse caso, os Estados Unidos e os grupos conservadores internos os quais se opõem às políticas progressistas de Jango. As Reformas de Base, como o sopro de um vento de mudança, encontram uma muralha de resistência erguida pelas sentinelas da elite e do conservadorismo.

À medida que a trama se desenrola, a articulação entre o IBAD, IPES e a Rede da Democracia, financiados pelo titã americano, entrelaça-se no tapete político, desestabilizando o governo com a sutileza de uma serpente silenciosa e promovendo uma agenda anticomunista. Nesse jogo de espelhos multifacetados jornais e imprensa atuam como pintores de um quadro sombrio, retratando o governo Jango com pinceladas de desdém e desconfiança. Ao mergulhar no oceano da história/linguística, linguística/história, percebemos, paulatinamente, como o(s) discurso(s) foi/foram, até certo ponto, moldados e manipulados, tecendo uma tapeçaria de poder e ideologia. Esse gesto de interpretação, portanto, busca iluminar os cantos escuros da memória histórica a qual contribuiu para a polarização política e a instabilidade, culminando no fatídico golpe de 1964 e no subsequente período de ditadura militar no Brasil. Embarcamos, por conseguinte, em uma jornada



histórica/linguística/discursiva onde cada dizer esconde um significado e cada frase revela um segredo.

2 Desvelando a Memória Discursiva: Descontinuidades, Encontros e Resignificações na Construção Histórica

A memória histórica, concebida, no âmbito da AD, como constituída por relações interdiscursivas possibilita detectar as descontinuidades que a elaboram a partir de grandes fraturas as quais justapõem recortes de memória. Essa concepção de História implica romper radicalmente com qualquer busca das origens ou de um sistema de causalidade, substituídos por um caráter de multiplicidade de dizeres: a busca de coerências significantes entre discursos que na aparência não têm outras relações senão a de simultaneidade. É justamente o descentramento do sujeito o qual induz a uma nova relação com a temporalidade e com a historicidade: entendendo-o como dispersão em múltiplas temporalidades. Essa perspectiva heterogênea permite dar um sentido novo à noção de acontecimento. É exatamente a partir dessa noção que emerge uma abordagem discursiva, pois a História é constituída pelas lutas, pelas batalhas discursivas.

A problematização da História, enquanto aquilo que pode e deve ser dito, nos leva a investigar o campo dos enunciados a fim de entender os acontecimentos discursivos que possibilitaram o estabelecimento e a cristalização de certos sentidos em nossa cultura. Há nas formações discursivas uma articulação entre singularidade e repetição: de um lado, é um gesto; de outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro. O discurso é constituído pela singularidade e pela repetição; sua análise deve, portanto, levar em conta a dispersão e a regularidade na medida em que instituiu o território da História como o campo das formações discursivas.

O acontecimento não é nem substância, nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui o seu lugar e esse consiste na relação, (co)existência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (FOUCAULT, 1986, p.57-58). Procuramos buscar o que não é “evidente”, fazendo irromper a singularidade, a raridade: as conexões, os jogos de força, as estratégias que formam, num



dado momento histórico, aquilo que a seguir vai ser dado como evidência – olhar o acontecimento a partir dos processos múltiplos que o constituem (as práticas, que são as condições para a sua inteligibilidade).

Tomar os acontecimentos significa estabelecer uma nova noção de tempo (temporalidades múltiplas) e de espaço (emaranhado, rede de relações). Essas concepções – as quais trazem o descontínuo e a multiplicidade. Na formulação do discurso da História, o historiador realiza uma escolha, organiza, elimina alguns documentos e conserva outros (NORA, 1993). Essa seleção denuncia a orientação político-ideológica de uma época, já que os documentos conservados são aqueles os quais se configuram como essenciais para a compreensão da própria sociedade, sob os condicionamentos de um lugar social.

As coisas e os sujeitos não pré-existem aos discursos, ao contrário, são esses os quais os constituem. Os sujeitos e os objetos existem em espaços e tempos construídos – que definem representações. Sujeitos, espaços, tempos são, portanto, noções históricas, densas em sua materialidade, carregadas de tempo, definidoras de espaços, que nascem em algum momento e que têm efeitos práticos e designam uma gama de práticas que precisam ser historicizadas, desconstruídas, desnaturalizadas (RAGO, 2002, p. 265). O sujeito, quando se filia a uma FD, apropria-se da condição dada aos sentidos no interior dessa rede de formulações a qual se impõe como memória a ser repetida. Nesse processo, há, simultaneamente, um apagamento das condições de produção de outros sentidos.

Quando pensamos em esquecimentos, implicamos outras dimensões da memória, uma vez que esse processo de instituição do sujeito e dos sentidos é simultâneo e reveste o sujeito de uma totalidade e de uma consciência sobre o dizer como sendo sua propriedade, permitindo-lhe articulá-lo. Com isso, o sujeito supõe dominar os sentidos de forma racional, esquecendo que eles estão inscritos e ancorados em uma FD que, sem ele o saber, mascara os sentidos com um efeito de acabamento. É uma ilusão do sujeito, pois o movimento do sentido sempre escapa ao seu domínio, por não lhe pertencer. O funcionamento discursivo do sentido condiciona o que lhe é constitutivo, o seu deslocamento, a cadeia significativa, os restos, a tensão de sua rede, constituindo a memória discursiva que é desde sempre lacunar.

A memória discursiva não é única, não é homogênea ou um lugar de limpidez. Ela é constituída de diferenças, é um complexo, tendo, em seu funcionamento, uma memória oficializada e sentidos dominantes. Podemos dizer que, em todo processo de constituição do sentido, sempre há o “encontro da memória com uma atualidade” (PÊCHEUX, 2002, p.17).



Esse encontro determina a retomada de uma repetibilidade memorativa com os elementos de uma atualidade inscrita numa rede de formulações a qual possui uma historicidade, uma materialidade. Fundam-se, aí, os sentidos que podem ser reiterados ou tornam-se passíveis de serem outros, transmutando-se, transformando-se, no encontro desses pontos de tensão que imprimem, por sua vez, a manutenção dele ou a instauração de algo novo.

O sujeito articula os pré-construídos, os "sempre-já-aí", que são condicionantes da formulação do discurso. Mas toda retomada discursiva implica ressignificação, podendo fazer desprender fragmentos outros os quais podem compor o mesmo de forma diferente, opacificando um já-dito. Os já-ditos podem surgir no discurso como algo estranho, efeito de outros sentidos, de outros dizeres, de outros jamais ditos; isto é, podemos pensar a memória discursiva como efeito do interdiscurso, como constituída a partir dele, sendo o que se mostra no intradiscurso apenas um recorte do interdiscurso.

Dessa forma, estamos reconstituindo fronteiras sempre móveis, redescobrimos resquícios os quais nem sempre podem ser recobertos ou iluminados pelos sentidos já postos. Por essa razão, podemos dizer, com Orlandi (1996), que o sujeito não é uma máquina de reproduzir sentidos, pois é intrínseco ao próprio processo discursivo haver espaços de interpretação. Entre o dito e o não dito, abrem-se, então, brechas, equívocos, deslocamentos, debates, articulações, vacilos do sujeito, possibilidades de análise e de questionamentos.

Sem essa concepção de sujeito, não poderíamos falar em memória discursiva, mas apenas em memória, pois o indivíduo, plenamente consciente, a dominaria a ponto de controlá-la e de transformá-la em um arquivo de dados a ser acessado de forma plenamente racional. Dito isso, é possível assumir que é a partir da língua que chegamos ao discurso e, através do discurso, (re)construímos a memória discursiva. Não contemplamos, desse modo, apenas o fato passado e oficializado socialmente, mas as ressonâncias do discurso outro, dos outros sentidos construídos em tempos anteriores e impensados.

Nessa perspectiva, podemos falar de uma memória discursiva como o dispositivo que faz funcionar o memorial dos sentidos, isto é, o interdiscurso. A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de um esforço de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. Constitui a possibilidade de dizeres os quais se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações.



Ao problematizar memória discursiva, Orlandi (1988) evidencia que o sujeito toma como suas as palavras de uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória que se manifestará de diferentes formas em discursos. A memória, por sua vez, tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Esse é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente.

Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (ORLANDI, 2002, p. 31). É a língua que dá forma ao discurso e o discurso é o que materializa a memória e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir o que, em uma memória coletiva, funciona como um mecanismo de identificação de um determinado processo histórico.

Achard (1999) observa que aquilo que se constitui como regular pode ruir sob o peso de acontecimentos discursivos novos, constituindo-se uma nova série que pode deslocar ou desregular as relações estabelecidas com a anterior. Essa percepção revela também que se constrói um jogo de força na memória, atravessada pelo acontecimento – que desloca ou desregula os implícitos associados ao sistema de regularização. Para Pêcheux “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (1999, p. 52).

Achard (1999), ao problematizar a questão, formula a hipótese de que tais implícitos não seriam percebidos explicitamente no discurso, como formas estáveis e sedimentadas, visto que, sob a repetição que sofrem, ocorre a formação de um efeito de série a qual permitiria uma "regularização", que funcionaria como um dispositivo de recolhimento de implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (PÊCHEUX, 1999) que poderiam, segundo o autor, conduzir à questão da construção dos estereótipos. Esses implícitos podem se configurar como enunciados completos ou, até mesmo, como certos itens lexicais utilizados isoladamente.

Ainda que repetidos esses dispositivos discursivos podem acabar perdendo sua vinculação a um sentido atribuído. Esse processo ocorre pelo desencadeamento de um jogo semântico de construção metafórica, ou seja, novos sentidos vão se constituindo na rede de



dizeres. Há, então, um rompimento da memória como dispositivo guardador de implícitos – o que significa que a memória funciona como dispositivo de contextos de legibilidade de cada acontecimento discursivo e tem duas faces: a da tendência à estabilidade e a da tendência ao desarranjo e à instabilidade – repetição e dispersão estão na ordem de constituição do discurso. A constituição da memória discursiva pode ser tomada como uma oposição aos processos históricos de silenciamento (apagamento) tal como os compreende Orlandi (1996).

Dar evidência a aspectos apagados ou esquecidos corresponde a uma atitude político-ideológica que é constitutiva da memória histórico-discursiva. A formulação de interpretações históricas possíveis, mas apagadas, tanto na ordem da escrita, quanto do dizer autorizado, permite que a sociedade ou o sujeito formulem a determinação da interpretação as quais produzem as evidências históricas. Assim, aquilo que não pode ser formulado, num dado momento histórico, pode também não ser possível em outro.

É certo que, pelo próprio funcionamento do discurso, não podemos pensar que todo não-dito possa vir a ser enunciado em outro momento. Tornar o não-dito explícito pode fazer emergir interpretações ou memórias as quais estavam silenciadas. Esse processo de formulação do discurso, fazendo irromper o que estava silenciado, requer um trabalho simbólico com a memória discursiva, uma relação entre formulações e silêncios, entre as diferentes memórias discursivas em tensão, entre os saberes que já eram do domínio do sujeito e os novos os quais se agregam, desestabilizando os discursos constituídos, na medida em que outras memórias discursivas passam a ser constitutivas dos modos de dizer.

O trabalho de constituição da memória tem uma função significativa no funcionamento mais amplo da memória que é constitutiva de uma formação social. Pertinente perceber também que a memória é um espaço móvel, de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos (PÊCHEUX, 1994). Encontrar, nesse espaço, fendas as quais alojam dizeres potenciais, ou simplesmente dar lugar a dizeres simples que precisam vir à tona nas condições cotidianas dos sujeitos que se relacionam o tempo todo com o igual e com o diferente, num dado tempo e contexto social, representa questão essencial quando se considera a formulação da memória discursiva.

3 Bailarinos da discórdia: a dança das cadeiras no palco do golpe de 1964



O golpe de 1964 foi resultado de uma articulação política golpista realizada por civis e militares na passagem de 1961 para 1962. É importante esclarecer que, apesar dessa conspiração ter efetivamente surgido em 1961, a Quarta República Brasileira foi marcada por diferentes tentativas de subversão da ordem que levou ao golpe de 1964 começou a ser trilhado com a posse de João Goulart (Jango) em 1961. Criaram-se diversos obstáculos à posse de Jango como presidente – que só assumiu, pois foi implantado às pressas um sistema parlamentarista o qual reduzia os poderes do Executivo. Por causa da estreita relação de Jango com o sindicalismo brasileiro, os grupos conservadores da sociedade viram o político gaúcho com extrema desconfiança e frequentemente o acusavam de ser comunista pelos conservadores. A crise política do governo de Jango fortaleceu-se também por causa de reformas as quais foram defendidas pelo governo – as Reformas de Base.

A posse de Jango não era um incômodo apenas para os grupos conservadores do Brasil, mas incomodava também o governo dos Estados Unidos, que consideravam João Goulart um político “muito à esquerda” do que se esperava de um presidente brasileiro. Duas ações do governo de Jango aumentaram essa oposição do governo americano – que passou a financiar as movimentações golpistas no Brasil. A primeira ação foi a Lei de Remessas de Lucros de 1962, que impedia multinacionais de enviar mais do que 10% de seus lucros para o exterior. A segunda medida que desagradava aos americanos era a continuidade da política externa independente do Brasil e praticada pelo Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas.

Com isso, a partir de 1962, os Estados Unidos passaram a financiar ativamente grupos e políticos conservadores no Brasil. Dois grupos os quais recebiam amplo financiamento americano ficaram conhecidos como “complexo Ipes-Ibad”, sendo Ipes o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, e o Ibad, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática. O Ibad, inclusive, foi alvo de uma CPI em 1962 porque recebeu milhões do governo americano para financiar a campanha de mais de 800 políticos durante as eleições daquele ano. Os políticos apoiados eram políticos conservadores e o objetivo era criar uma frente parlamentar que barrasse o governo de João Goulart de todas as formas.

Segundo a legislação brasileira da época, esse tipo de financiamento era ilegal. Já o Ipes era um grupo o qual atuou decisivamente no sucesso do golpe civil-militar em 1964. Em sua fachada pública, o Ipes atuava como instituição que fazia produção intelectual de livros e



documentários, mas a atuação secreta do Ipes nos quadros políticos do Brasil é resumida pelas historiadoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling:

[...] o Ipes agiu contra Goulart com uma política de duas vertentes. A primeira consistiu na preparação e execução de um bem orquestrado esforço de desestabilização do governo que incluía custear uma campanha de propaganda anticomunista, bancar manifestações públicas antigovernistas e escorar, inclusive no âmbito financeiro, grupos e associações de oposição ou de extrema-direita (2015, p.441).

A desestabilização do governo de Jango também foi, em grande parte, realizada pela imprensa brasileira. Os jornais de grande circulação do Brasil uniram-se em uma articulação golpista que recebeu o irônico nome de Rede da Democracia. A mobilização pelo golpismo da imprensa partia da seguinte leitura da realidade política brasileira:

[...] os jornais passaram a ser peças-chave na conspiração a partir do final de 1963. Tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão no coração do poder, ou seja, a própria presidência da República (NAPOLITANO, 2016, p.46).

Portanto, o Golpe Civil-Militar de 1964 foi o evento que se iniciou em 31 de março de 1964 e colocou fim ao governo do presidente João Goulart. Esse golpe de estado foi complementado por um golpe parlamentar realizado pelo Congresso Nacional no dia 2 de abril do referido ano. Por meio desse evento, iniciou-se a Ditadura Militar – período que se estendeu por 21 anos. O Golpe de 1964, entendido atualmente pelos historiadores como Golpe Civil-Militar de 1964, foi um acontecimento que encerrou o período democrático que havia se iniciado em nosso país em 1946. Esse período é reconhecido por diferentes nomes, como: “Segunda República”, “Terceira República”, “Quarta República”, “República de 46”, entre outros e se estendeu de 1946 a 1964.

A Quarta República foi reconhecidamente um momento em que se esboçou uma democracia em nosso país. O sistema eleitoral se desenvolveu e a partidarização da população e o seu envolvimento com a política se ampliaram. Embora isso acontecesse, a Quarta República, paradoxalmente, foi um momento marcado por iniciativas de derrubada da democracia. O golpe de 1964 garantiu que isso acontecesse.

O golpe de 1964 colocou fim ao governo de João Goulart, político trabalhista que era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e considerado um dos herdeiros políticos de



Getúlio Vargas. Era um político de centro-esquerda, com bom diálogo com os sindicatos, e que havia assumido a presidência em 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros. Conhecido como Jango, o presidente teve um dos governos mais complexos da história brasileira, sobretudo porque havia uma forte resistência conservadora contra ele. A posse de Jango, por exemplo, só foi possível graças à Campanha da Legalidade, uma movimentação que envolveu políticos e civis para garantir a posse do novo presidente, em respeito à Constituição de 1946.

João Goulart assumiu e seu governo se dividiu em duas fases: uma parlamentarista, na qual ele tinha os poderes presidenciais limitados; e outra presidencialista, na qual os poderes de governo dele foram restaurados. Durante a fase presidencialista, ele propôs um plano de reformas que incluía modificações em áreas estratégicas do país: as Reformas de Base.

Esse plano desagradava bastante a grupos do alto empresariado e proprietários de terra, mas não somente eles. No contexto de Guerra Fria e no cenário internacional, um governo progressista e de centro-esquerda, como o de Jango, era visto com desconfiança pelos Estados Unidos. Como forma de enfraquecer o governo de Jango, os Estados Unidos passaram a intervir no cenário político brasileiro para enfraquecer o presidente e evitar que ele realizasse as reformas as quais tanto desejava. Uma das formas de influenciar a política brasileira foi financiar, por meio da CIA, a agência de inteligência norte-americana, a candidatura de políticos conservadores em 1962.

Essa ação se deu por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) – que recebeu milhões de dólares da CIA para financiar candidaturas políticas. Essa ação era ilegal à luz da legislação eleitoral do Brasil na época e visava criar uma bancada conservadora que atuasse para travar as ações do governo de Jango. As tentativas de desestabilização do governo também aconteceram por meio do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), organização anticomunista e antirreformista que, segundo Marcos Napolitano, tinha como objetivo “formar uma nova elite política ideologicamente orientada para uma modernização conservadora do capitalismo brasileiro” (NAPOLITANO, 2016)

Além disso, havia a Rede da Democracia, a união de grupos da grande imprensa que veiculava críticas ao governo Jango sob a alegação de que este preparava o caminho para um golpe comunista no Brasil. A articulação Ibad-Ipes-Rede da Democracia foi crucial para o desenvolvimento do golpe no Brasil. Essa tríade mobilizou os seguintes grupos da sociedade brasileira: grande empresariado, classe média, representantes do capital estrangeiro, anticomunistas, conservadores, entre outros, (NAPOLITANO, 2016). Além disso, esse grupo



se interligou com o ator responsável pelo golpe em 1964: os militares. A questão de maior tensão durante o governo de Jango, sem dúvidas, foram as Reformas de Base. Essas reformas buscavam realizar modificações em pontos estratégicos para sanar gargalos históricos os quais causavam desigualdade social e impediam o desenvolvimento do Brasil.

As Reformas de Base, que incluíam reforma agrária, educacional, eleitoral, bancária, urbana e tributária, desagradavam a setores conservadores do país, e a única que chegou a ser debatida foi a reforma agrária. Ao longo de 1963, uma longa discussão aconteceu sobre a realização da reforma agrária, e a forma como ela seria realizada não avançou e travou os debates. No fim, o governo não conseguiu aprová-la e perdeu apoio entre grupos do Partido Social Democrático (PSD) que eram ligados aos grandes proprietários de terra.

A conspiração em curso contra o governo de João Goulart foi resultado do temor de grupos conservadores com a ascensão dos movimentos sociais, como os movimentos de camponeses, operários e estudantes. A sociedade brasileira estava rachada ideologicamente entre direita e esquerda, e um dos grandes alvos de debate foram as Reformas de Base.

As Reformas de Base foram um programa estipulado pelo governo Jango que criou uma agenda e promoveu um debate a respeito de entraves estruturais da sociedade brasileira. Elas estipulavam reforma agrária, tributária, eleitoral, bancária, urbana e educacional. Entre todas essas propostas, a que teve discussão mais avançada nos quadros políticos brasileiros foi a agrária. A reforma agrária dominou o debate político nacional de março até agosto de 1963 e dividiu esquerda e direita. Formaram-se grupos de trabalhadores camponeses os quais começaram a invadir propriedades rurais e a pressionar o governo pela realização da reforma – mesmo que a força. Os proprietários, por sua vez, eram contrários à reforma agrária.

A proposta defendida pela esquerda estipulava que terras com mais de 500 hectares as quais fossem improdutivas seriam alvo da reforma e que a desapropriação dessas terras seria realizada mediante indenização de títulos da dívida pública a ser resgatadas em longo prazo. Já a direita até aceitava negociar, mas defendia que a reforma agrária deveria acontecer de acordo com os mecanismos constitucionais, ou seja, mediante pagamento indenizatório em dinheiro e à vista conforme valor de mercado. Isso fez o debate emperrar, e a não realização da reforma agrária agravou a situação.

Invasões de propriedades espalharam-se por diversas partes do Brasil. Além disso, por causa do desgaste gerado pelo debate, a base parlamentar de Jango vinculada ao PSD bandeou-se para a oposição udenista. As dificuldades do governo de Jango aumentavam com



a intransigência de muitos grupos da esquerda os quais queriam realizar as Reformas de Base a todo custo. Essa ala tinha como grande nome Leonel Brizola – cunhado de João Goulart o qual havia sido governador do Rio Grande do Sul e, a partir de 1963, tornou-se Deputado Federal pela Guanabara.

A não aprovação da reforma agrária contribuiu para que os sindicatos de trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas, radicalizassem-se. A atuação desses grupos no campo visava a forçar o governo a realizar a reforma agrária a todo custo. Entre as medidas defendidas por esses grupos, estavam a desapropriação de terras de latifúndio improdutivo e estímulo aos pequenos produtores, por exemplo. Sindicatos e outros grupos de esquerda e centro-esquerda pressionavam o governo para que as reformas avançassem no país.

O líder trabalhista, Leonel Brizola, era um dos grandes defensores das reformas no país. A radicalização desses grupos pelas reformas acirrou as preparações de grupos conservadores pelo golpe. As Forças Armadas, por exemplo, davam cada vez mais demonstrações de insubordinação contra o presidente. Essa atuação radicalizada da esquerda na defesa das Reformas de Base foi explorada pelos grupos que articulavam o golpe.

Assim, um discurso disseminou-se pelo país: para justificar um possível golpe da direita, cada vez mais disseminou-se a ideia de um golpe da esquerda em gestação. (...) a artimanha da direita foi a de construir equivalência entre a agenda reformista que pedia mais justiça social e mais democracia, (...), e um golpe contra a liberdade e a própria democracia. Essa assertiva levava a uma conclusão lógica: o eventual golpe da direita, na verdade, seria meramente reativo, portanto, legítima defesa da democracia e dos valores “ocidentais e cristãos” contra os “radicais” da esquerda (NAPOLITANO, 2016, p. 50).

4 Em busca da liberdade roubada: trajetórias sinuosas que moldaram a Ditadura Militar Brasileira

Em março de 1964, a situação estava em uma posição quase irreconciliável. Os militares e o grande empresariado, aliados aos Estados Unidos, tinham planos avançados. Nessa altura, João Goulart decidiu abandonar a posição de conciliação e confrontar o Congresso para aprovar as Reformas de Base. Isso ficou evidente no discurso do presidente em um comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964.

As historiadoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling afirmam que o tom do presidente era de mostrar que bastava de conciliação e que a hora de aprovar as reformas era imediata



(SCHWARCZ & STARLING, 2015). A reação dos grupos conservadores se deu na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que levou 500 mil pessoas às ruas de São Paulo. Essa marcha teve tom anticomunista e tinha postura abertamente golpista, pois defendia a intervenção militar no governo de Jango.

O estopim para o golpe dos militares foi a anistia que Jango deu aos marujos rebelados na Marinha, no final de março. O golpe estava organizado para acontecer no dia 10 de abril, mas a ação intempestiva de Olímpio de Mourão fez com que uma rebelião militar estourasse em Juiz de Fora, no dia 31 de março. As tropas lideradas por ele marcharam até o Rio de Janeiro para derrubar o presidente. Essa rebelião contou com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

O presidente João Goulart teve possibilidades de resistir ao golpe em curso, mas não interveio na situação, para evitar que uma guerra civil se iniciasse. O golpe militar foi seguido por um golpe parlamentar, pois, no dia 2 de abril, o senador Auro de Moura declarou vaga a presidência do Brasil. Essa medida só poderia ser tomada se o presidente se retirasse do país sem autorização do Congresso. No entanto, João Goulart estava no Rio Grande do Sul no dia 2 de abril de 1964.

Dias depois foi anunciado o Ato Institucional nº 1, o primeiro decreto que trazia medidas arbitrárias e autoritárias no âmbito da Ditadura Militar. Esse ato deveria ser o único, mas o regime acabou publicando 17 atos institucionais. No primeiro AI, a Constituição de 1946 é alterada para conferir aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos. Assim, foram os políticos ligados ao governo de João Goulart que mais sofreram com essa medida. Esse ato surgiu da sugestão do jurista Francisco Campos, conhecido por apoiar medidas autoritárias. Já o AI-2 (1965) figuras ligadas a João Goulart e ao PSD ganharam as eleições de 1965 para governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Como resposta ao medo do regime ser afetado pela perda de base política, o AI-2 foi instituído para colocar os partidos políticos na ilegalidade e definir o bipartidarismo. Foi nesse contexto que foram criados o partido do governo, Aliança Renovadora Nacional ou Arena (uma fusão da UDN e do PSD) e o partido da “oposição consentida”, o Movimento Democrático Brasileiro ou MDB, que abrigou os opositores do regime, mas com margem restrita de atuação.



Além disso, a partir do AI-2, os poderes do presidente foram ampliados, passando a poder decretar 180 dias de Estado de Sítio sem a aprovação prévia do Congresso Nacional. Outros artigos dessa medida também definiram eleições indiretas para presidente da República, autorizaram a intervenção na política estadual, a demissão dos funcionários públicos que não se adequassem ao novo governo e a emissão de decretos relacionados à segurança nacional.

O AI-3 (1966) foi anunciado ainda no governo Castelo Branco, o AI-3 tornou eleições para governadores estaduais indiretas, evitando, assim, dissidências entre o governador eleito e o prefeito da capital. Por outro lado, o AI-4 (1966) foi instituído para permitir a reabertura do Congresso Nacional, em recesso desde o golpe. O objetivo da abertura foi permitir a aprovação da constituição de 1967 e manter a imagem de legitimidade do regime. Nesse momento, o Congresso foi pressionado a discutir as normas com urgência (para evitar maiores debates), sem falar que a possibilidade de o mandato ser cassado impedia maiores alterações ao projeto apresentado ao Congresso.

Por fim, o AI-5 (1968) , marcou o final do processo de institucionalização do regime, o AI-5 deu caráter mais autoritário ao regime por meio das seguintes medidas: suspensão do habeas corpus para determinados crimes; fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; autorização para o Presidente da República decretar estado de sítio por tempo indeterminado, suspender direitos políticos e cassar mandatos eletivos; permissão para confiscar bens privados e intervir em todos os estados e municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse intrincado momento histórico, percebemos a fragilidade da conciliação e a tensão crescente entre os poderes institucionais, convergindo para denotar um dos maiores desabores da nossa memória histórica. A tensão política aumentava à medida que a radicalização dos dois lados crescia. O Comício da Central do Brasil, realizado no dia 13 de março de 1964, foi um evento que marcou a escalada da tensão política no Brasil. O comício foi organizado pelo governo de João Goulart em uma tentativa de mobilizar o apoio popular para as Reformas de Base. O evento reuniu cerca de 200 mil pessoas e foi um momento em que o presidente reforçou seu compromisso com as reformas e a necessidade de implementá-las no país. No



entanto, o presente encontro também acabou por inflamar ainda mais a polarização política e social, com grupos conservadores e militares, interpretando o evento como um passo rumo ao comunismo.

A tensão política continuou a crescer após a reunião e a situação chegou ao ápice em 31 de março de 1964, quando tropas militares lideradas pelo General Olympio Mourão Filho marcharam em direção ao Rio de Janeiro, com o objetivo de depor o presidente João Goulart. O golpe militar foi bem-sucedido e Goulart foi deposto no dia 1º de abril de 1964. O levante de 1964 encerrou o governo de João Goulart e inaugurou a Ditadura Militar – que durou até 1985. Durante esse período, as liberdades civis e políticas foram restringidas e muitos brasileiros sofreram perseguição política, tortura e morte. O golpe de 1964 foi resultado de uma articulação política entre civis e militares, impulsionada por interesses conservadores, pelo temor do comunismo e com apoio dos Estados Unidos – que financiaram grupos políticos e empresariais no Brasil com o objetivo de enfraquecer o governo de Jango e impedir a implementação das Reformas de Base.

A sequência de Atos Institucionais (AI) representa uma escalada no autoritarismo, cada um com suas próprias ramificações e efeitos. A partir do AI-2, o bipartidarismo e a criação de partidos políticos consolidam um cenário de controle e limitação da atuação oposicionista. Os Atos Institucionais subsequentes, como o AI-5, intensificam a repressão, a suspensão de direitos e a concentração de poder. Nessa conjectura, percebemos a dinâmica turbulenta e as tensões latentes entre os atores políticos e sociais.

A linguagem, portanto, passa a ser utilizada como uma ferramenta para ilustrar a evolução do regime e a crescente autoridade do governo militar. Através desse olhar analítico/histórico, histórico/analítico é possível perceber como as palavras e expressões escolhidas meticulosamente pelos agentes políticos transmitem a “legalidade” do golpe, evidenciando a importância da linguagem na compreensão e interpretação dos eventos históricos.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. IN ACHARD, Pierre. (et al) **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.



FOUCAULT, M. (1969). **A Arqueologia do Saber**. Trad. bras. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares In: **Os Lugares de Memória**. (traduzido de: Les lieux de Mémoire. Paris: Gallimard, 1984.) SP - Brasil, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. [et al]. **Sujeito e Texto**. São Paulo: EDUC, 1988.

ORLANDI, E. P. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ª. ed. São Paulo: Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, M. **O discurso. Estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. IN ACHARD, Pierre. (et al) **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

RAGO, M. **Libertar a História**. In: ____ et all. **Imagens de Foucault e Deleuze. Ressonâncias nietzscheanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.